



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0001095-60.2016.8.26.0566 - 2016/000247**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP - 12/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 79/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 06/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Réu: **LEANDRO HENRIQUE FURQUIM**
 Data da Audiência: **16/08/2016**

Réu Preso

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **LEANDRO HENRIQUE FURQUIM**, realizada no dia 16 de agosto de 2016, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor **DR. ARLINDO BASÍLIO (OAB 82826/SP)**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas **ANTONIO HENRIQUE DO NASCIMENTO, JOSÉ ROBERTO DA SILVA, LARISSA CRISTINA DOS SANTOS, ADALGISA PATRICIA TAKAESSU e ROSELI APARECIDA DE SOUZA CELLINE**. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO**: MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **LEANDRO HENRIQUE FURQUIM** pela prática de crime de tráfico de drogas. Instruído o feito, requeiro a procedência. A materialidade delitiva está devidamente comprovada pelo auto de exibição e apreensão e laudos periciais. A autoria é certa,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

uma vez admitida pelo acusado, sendo que a prova oral corrobora com a sua confissão. Merece ser afastado o reconhecimento do crime de tráfico privilegiado uma vez que a pluralidade de drogas existentes na casa com a informação de que o acusado possuía rendimentos em razão de serviços ocasionais demonstra seu envolvimento com a criminalidade organizada, já que as drogas existentes em sua casa não eram condizentes com seus rendimentos, indicando fornecimento destas drogas por terceiros. Ademais, o acusado fornecia droga para a própria amásia, uma vez que os policiais civis informaram a apreensão de maconha em poder de Larissa, embalada de forma semelhante àquelas que foram encontradas na casa. A própria Larissa confirmou que a droga apreendida em seu poder era oriunda daquelas porções que Leandro estava vendendo. Por tais motivos entendemos que não merece ser reconhecido o tráfico privilegiado. Na dosimetria da pena, nos termos do artigo 42 da Lei de Drogas, sendo apreendida no local crack, maconha e cocaína, bem como sua quantidade, requeremos a fixação da reprimenda acima do mínimo legal. Pelo mesmo motivo, qual seja, pluralidade e quantidade de drogas, e ainda o fornecimento desta droga também para adolescente mostra-se a conduta do acusado extremamente reprovável, merecendo a fixação de regime fechado, inclusive por disposição legal. Por fim, incide também a causa de aumento de pena prevista no artigo 40, conforme acima exposto. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: não obstante a prova da materialidade delitiva bem como da autoria mesmo em consequência o reconhecimento do tráfico de entorpecentes, a questão deve ser vista, no caso sob o enfoque do disposto no artigo 33, §4º da Lei de Drogas. Pondere-se Vossa Excelência nesta oportunidade tratar-se de jovem com 20 anos de idade na presente data, confitente e tem bons antecedentes. Se por um lado a confissão espontânea não permite a redução da pena abaixo do mínimo legal, matéria inclusive sumulada, por outro temos a figura do tráfico privilegiado, disciplinada no aludido parágrafo quatro do artigo 33 da Lei de Drogas. Pois bem, o denunciado preenche os requisitos ali estabelecidos eis que é primário, de bons antecedentes, não se dedica exclusivamente ao crime, eis que comprovado exercer atividade lícita laboral, bem como de que não integra organização criminosa. Os argumentos da acusação que a pluralidade de drogas encontrada na posse do denunciado induz o afastamento do tráfico privilegiado, não pode prevalecer, uma

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

vez que o dispositivo legal em comento não especifica esta hipótese e nem mesmo por presunção pode-se admiti-la. De igual forma, não se pode afastar a figura do tráfico privilegiado sob o singelo argumento de que para obter drogas diversas o denunciado só poderia estar recebendo-as de terceiras pessoas; repita-se, mera presunção do Ministério Público. O Direito Penal não trabalha em cima de presunções, hipóteses, aventações, ao contrário, deve fincar o julgador sua decisão no terreno sólido da certeza e não no terreno movediço da dúvida amparando-a em aventações como dito anteriormente. Por tais considerações, somando-se a confissão, menoridade, antecedentes e os requisitos estabelecidos no parágrafo quarto do artigo 33 da Lei de Drogas, requer-se e espera de Vossa Excelência seja reconhecido em favor do denunciado o tráfico privilegiado, reduzindo-se a pena em seu máximo legal. Quanto à causa de aumento estabelecida no artigo 40, VI, da Lei de Drogas, pondere-se a Vossa Excelência que Larissa não obstante ser menor de 18 anos é amasiada com o denunciado e com ele tem um filho. Embora não tenham se unido através do casamento, o que implicaria no reconhecimento da maioridade civil e, diga-se, nem por isso estaríamos diante da maioridade penal, mas entendemos estar suprido a intenção do legislador em apenar com maior gravidade o fornecimento de drogas a menores. É certo que a nossa Constituição em seu artigo 226 reconhece a união estável e via de consequência em vários momentos dentro do Direito Penal tem aceito e reconhecido como marido e mulher aqueles que se unem nesta modalidade; assim, entendemos que deve ser afastada a causa de aumento apontada no artigo 40, VI, da Lei em comenda. Ainda, na hipótese de reconhecimento do tráfico privilegiado, pondere-se a Vossa Excelência que no caso o regime a ser fixado, desde que a pena seja estabelecida em patamar inferior a quatro anos, o regime aberto. Recentemente o STF reconheceu em sede de Habeas Corpus que o tráfico privilegiado não carrega o reconhecimento do crime assemelhado a hediondo e, em se tratando de réu primário agraciado com o tráfico privilegiado, o regime pode ser o aberto e inclusive substituído por prestação de serviços à comunidade; como também vem decidindo nosso tribunal bandeirante. Assim, é nesse sentido que se apresenta a defesa do réu, por ora. Por derradeiro, independentemente da pena aplicada, requer-se a revogação da prisão preventiva do denunciado porquanto não mais subsiste os requisitos estabelecidos no artigo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

312 do CPP, concedendo-lhe o direito de eventualmente recorrer em liberdade. É o que se requer. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. LEANDRO HENRIQUE FURQUIM**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 33, caput, c/c/ artigo 40, VI, da Lei 11.343/06. O réu foi notificado (fls. 146) e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou o decreto absolutório. **É o relatório. DECIDO.** O acusado confessou em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. A materialidade está demonstrada pelo autos e pelos laudos produzidos. Não existe prova segura de que o acusado estivesse envolvido com organizações criminosas e os demais elementos caracterizadores do tráfico em sua forma privilegiada incidem, razão pela qual é imperioso o reconhecimento da figura do tráfico prevista no artigo 33, §4º, da Lei de Drogas. A prova também deixou claramente demonstrado que a adolescente que vivia em união estável com o acusado portava drogas e estava envolvida com o fato, inclusive portando drogas no momento da ação policial. A própria jovem admitiu que trazia consigo entorpecente obtido em sua própria residência através do réu. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Fixo a pena base em 6 anos de reclusão, e 600 dias-multa, tendo em vista a natureza das drogas, bem como a diversidade. Tendo em vista a confissão e a menoridade relativa, reduzo a pena para o mínimo legal. Não havendo grande quantidade de drogas em questão, reduzo a pena de 2/3, com base artigo 33, §4º, já citado, perfazendo o total de 1 ano e 8 meses de reclusão e 166 dias-multa. Com base no artigo 40, VI, da Lei de Drogas, aumento a pena de 1/6, perfazendo o total de 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão e 193 dias-multa. Estabeleço o regime fechado tendo em vista a diversidade e agressividade das drogas para a saúde pública bem como tendo em vista o fato do réu ter envolvido menor de 18 anos, iniciando a jovem na conduta criminosa. Por idênticas razões, não vejo como substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. A figura privilegiada não é considerada hedionda, conforme orientação do STF. O tempo de prisão cautelar já cumprido permite a adequação do regime prisional com base no artigo 387, §2º, do CPP, uma vez que já transcorreu 1/6 do tempo em relação à pena total. Assim, promovo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

a adequação do regime prisional para o semiaberto. **Em razão do regime fixado, revogo a prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura.** Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **LEANDRO HENRIQUE FURQUIM** à pena de 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão em regime semiaberto e 193 dias-multa, por infração ao artigo 33, §4º, c/c/ artigo 40, VI, da Lei 11.343/06. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Determino a perda do valor apreendido porque oriundo do tráfico. Pelo acusado e seu defensor foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Acusado:

Defensor: